



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



**De feirante à microempreendedor individual:
a ressignificação do trabalho no contexto da economia
informal.**

**From an entrepreneur to an individual micro entrepreneur:
a re-signification of work in the context of the informal economy.**

Autores: Camila Vieira Martins da Silva¹, Daniela Rodrigues de Moura², Naira Luan
Sousa e Silva³

Picos,
Junho de 2018.

¹ *Graduando em Administração pela UFPI;*

² *Graduando em Administração pela UFPI;*

³ *Professora da UFPI, mestra em sociologia, orientadora.*

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586f Silva, Camila Vieira Martins da
De feirante à microempreendedor individual: a ressignificação do trabalho no contexto da economia informal. / Camila Viera Martins da Silva, Daniela Rodrigues de Moura– 2018.
CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (26 f.)
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2018.
Orientador(A): Prof^a. Ma. Naira Luan Sousa e Silva

1. Capitalismo. 2. Precarização do Trabalho. 3. Comércio Informal. 4. Feira Livre. I. Moura, Daniela Rodrigues de. II. Título.

CDD 658.02



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Inua – 64.805-400 – Picos - PI
Fone: (89) 3422-1087 – Fax: (89) 3422-1017



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CAMILA VIEIRA MARTINS DA SILVA
DANIELA RODRIGUES DE MOURA

De feirante a microempreendedor individual: a resignificação do trabalho no contexto da economia informal

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

- Aprovado(a)**
 Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugeridas pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 30 de junho de 2018

Naira Luan Sousa e Silva
(Orientadora – Profª. Ma. Naira Luan Sousa e Silva)

Kary Emanuelle Reis Coimbra
(Membro 1 – Profª. Ma. Kary Emanuelle Reis Coimbra)

Jackeline da Silva Moura
(Membro 2 – Profª. Jackeline da Silva Moura)

RESUMO

O presente estudo analisa como a extinção da Feira Livre no município de Oeiras-Piauí e a realocação dos feirantes no novo Mercado Público transformou a configuração do trabalho no contexto característico da economia informal. Fundamentando-se na discussão teórica das categorias capitalismo, trabalho e economia informal para aproximar-se do campo empírico em análise. Para tanto, recorreu-se ao método materialista dialético, e optou-se por um estudo de caráter qualitativo, valendo-se da observação não-participante e de entrevistas como instrumentos de coleta de dados. Foram entrevistados cinco representantes do poder público e dez feirantes, definidos por uma amostra não-probabilística e pelo critério de conveniência. Os resultados apontaram as justificativas utilizadas pelo poder público e as modificações nas práticas de trabalhos dos feirantes quanto as imposições do poder público e o processo de formalização (sujeitos a um contrato de concessão e status de microempreendedor individual). As percepções e expectativas são divergentes, pois enquanto a gestão pública municipal projeta no novo empreendimento o futuro do comércio oeirense, os feirantes ainda mostram pouca adequação ao Mercado Público, o que revela os diferentes interesses dos diversos atores sociais quanto ao cenário do comércio oeirense.

Palavras chaves: Capitalismo; Precarização do Trabalho; Comércio Informal; Feira Livre.

ABSTRACT

The present study analyzes how the suspension of the Street Market in the municipality of Oeiras-Piauí and the reallocation of the marketers in the new Public Market influenced the resignification of work in the context of the informal economy. Relying on the theoretical discussion of capitalism categories, labor and informal economy to approach the empirical field under analysis. To do so, we used the method of qualitative research, using non-participant observation, photographic records and interviews as instruments to collect data. The results pointed out the justifications used by the public authorities and the modifications in the work practices of the marketers, who faced a formalization process (subject to a concession contract and individual micro-entrepreneur status). The perceptions and expectations are conflicting, because while the municipal public management projects the future of Oeiras' commerce in the new venture, the marketers still show little adequacy to the Public Market, which reveals the different interests of the various social actors regarding the scenario of Oeiras' local commerce.

Keywords: Capitalism; Deterioration of working conditions; Informal commerce; Street market.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa como a suspensão da Feira Livre no município de Oeiras-Piauí e a realocação dos feirantes no novo Mercado Público influenciou a ressignificação do trabalho no contexto característico da economia informal. Fundamentando-se na discussão teórica das categorias capitalismo, trabalho e economia informal para aproximar-se do campo empírico em análise.

Os homens desde a Antiguidade possuem uma forte conexão com o trabalho, sendo este compreendido ora como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão. O trabalho, ao mesmo tempo, era visto como necessário para a manutenção do metabolismo social entre humanidade e natureza, transformou-se em uma atividade imposta, forçada e obrigatória (ANTUNES, 2005).

A origem do trabalho humano se deu pela busca da satisfação das suas necessidades biológicas e ao longo dos anos houve uma ressignificação do trabalho para o homem decorrente das inúmeras transformações nos modos de produção. Na Antiguidade, a produção era voltada para a subsistência, mas a partir da expansão das trocas de excedentes, o surgimento da moeda como instrumento mediador dessa relação e o desenvolvimento do comércio proporcionado pelos avanços conquistados através da tecnologia, dos meios de comunicação e transporte, as relações de trabalho foram remodeladas conforme a configuração dos modos de produção vigentes.

O trabalho é, antes de tudo, um processo de que participam o homem e a natureza, onde o ser humano através da sua ação impulsiona, regula e controla a sua troca material com a natureza (MARX, 1974). E hoje, além de garantir a sua sobrevivência, é atribuído ao trabalho um significado de vida, pois é através deste que o homem é inserido na sociedade. Porém, presenciamos um cenário em que uma volumosa parcela de trabalhadores se encontram excluídos dos postos formais de trabalho e vêm no mercado informal uma alternativa para obtenção de renda e fuga do desemprego estrutural que assola trabalhadores que não possuem o nível de qualificação exigida no mercado formal. Com isso, esses trabalhadores submetem-se às diversas modalidades de flexibilização do trabalho que, segundo Antunes (2009), sempre acabam trazendo, de modo embutido, diferentes formas de precarização, sem garantia de qualquer continuidade e resultando na perda dos direitos e garantias sociais conquistadas a duras penas ao longo dos anos.

Portanto, distante dos empregos formais nos tradicionais setores primários e secundários, é no setor terciário que grande parcela dos trabalhadores reproduz suas condições materiais e sociais. A Feira Livre, como uma modalidade de comércio e inserida no contexto da economia informal, representa uma alternativa de trabalho, obtenção de renda e inserção social para muitos trabalhadores, já que para realização de suas atividades nesta, são desobrigados a dispor de qualificação da mão de obra. Além da importância no aspecto econômico, também destacam-se os aspectos culturais e sociais, pois não envolvem somente relações de trocas de mercadorias, mas também de saberes, hábitos, informações e experiências.

No município de Oeiras – Piauí, as atividades do setor terciário estão presentes de forma intensa e expressiva, contudo, recentemente, no início do ano de 2017, o centro comercial passou por uma transformação que rompeu com uma tradição de longa data: a extinção da Feira Livre e realocação dos feirantes em um novo Mercado Público. Perante esse episódio houve, inicialmente, uma situação de confrontação de interesses de atores sociais diversos – principalmente entre feirantes e gestores públicos, pois essa realocação modificou as relações de trabalho existentes naquele local, além de afetar o imaginário popular marcado pelo forte caráter tradicional dos que ali trabalhavam, e com isso, mostraram-se, resistentes e temerosos à mudança, pois, além da importância da feira como obtenção de renda para

sobrevivência, esta também carregava um significado singular na memória dos mesmos.

Diante de tal situação, o estudo pretende responder à seguinte questão: como a suspensão da Feira Livre e a realocação dos feirantes no novo Mercado Público influencia a ressignificação do trabalho no contexto característico da economia informal?

A problemática supracitada gerou a necessidade de uma investigação que pudesse trazer à luz as diferentes percepções dos sujeitos nela envolvidos, dessa forma, optou-se em perseguir os seguintes objetivos específicos: (i) identificar as justificativas utilizadas pela gestão pública municipal para a suspensão definitiva da antiga Feira Livre no centro da cidade e a construção do novo Mercado Público; (ii) avaliar em que medida as imposições do poder público modificaram as práticas de trabalho dos feirantes; (iii) analisar as percepções e expectativas dos feirantes e atores políticos governamentais do município de Oeiras-PI em relação ao novo Mercado Público – Mercado Municipal Elisabeth Sá.

Diante de tal desafio científico, através do método materialista dialético, optou-se por um estudo de caráter qualitativo construído a partir da observação não participante e de entrevistas semiestruturadas realizadas com feirantes e representantes da gestão pública.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma além desta introdução: a segunda e terceira seção trazem a fundamentação teórica dando ênfase na discussão sobre as várias fases do capitalismo e como estas modificavam as relações de trabalho; a quarta seção apresenta a orientação e os procedimentos metodológicos da pesquisa; em seguida, na quinta seção são analisados os dados construídos na fase de pesquisa de campo; por último, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 CAPITALISMO E TRABALHO: CONTEXTOS DOS MODOS DE PRODUÇÃO E RESSIGNIFICAÇÕES NO ÂMBITO LABORAL

Na antiguidade, a finalidade do trabalho era a subsistência, porém a partir do momento em que passou a existir excedente da produção surgiu o intercâmbio de mercadoria. Inicialmente, esta atividade se dava por meio do escambo da produção excedente entre produtores, que mais tarde, devido à sua expansão, passaram a comercializá-la em troca de dinheiro (SOUSA, 2014, apud. CAZANE; MACHADO; SAMPAIO, 2014) dessa forma, dando o ponto de partida para o capital, sendo a produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, pressupostos históricos sob os quais ele surge (MARX, 1974).

Sob o regime feudal, que perdurou entre os séculos V e XV na Europa, as sociedades possuíam nas suas relações sociais uma rígida hierarquia baseada no regime de servidão, onde de um lado encontravam-se os senhores – proprietários das terras – e do outro, os servos – aqueles que as cultivavam, cabendo a eles, além da troca do trabalho por parte da produção necessária para a subsistência familiar, a obediência aos senhores. Os servos executavam diversos trabalhos vinculados à terra e formavam a classe mais baixa da sociedade feudal juntamente com os soldados e camponeses. A sua economia era voltada para a produção de subsistência não realizando trocas comerciais externas, mas restritas ao grupo, o intercâmbio de mercadorias era realizado, apenas por produtos que não existiam no grupo (DANTAS, 2008). Até então, esse método era considerado satisfatório para sociedades da época, porém, conforme as relações de troca foram evoluindo, tornou-se necessário que fosse desenvolvido um sistema mais oportuno e eficiente para as negociações. E nesse cenário surge a moeda, que passou a intermediar o processo de intercâmbio entre as mercadorias. Entretanto, com o surgimento da moeda, o desenvolvimento das cidades e a intensificação das atividades comerciais, o sistema feudal entra em declínio.

Vários são os fatores que ocasionaram o lento fim do sistema feudal. Destaca-se alguns, como a falta de mão de obra, devido a fomes, as contínuas guerras e a peste

negra, a falta de novas terras, mas principalmente o desenvolvimento agrícola, comercial e artesanal, que fortaleceu a economia. A essência do feudo foi atingida, e em concorrência a ela desenvolvia-se um segmento urbano e mercantil. Portanto o principal fator que acarretou no fim do feudalismo, foi o crescimento do comércio, reestruturado a partir da reabertura do Mediterrâneo, e o desenvolvimento progressivo de um certo individualismo. (SILVA, 2017, p. 4)

Nesse cenário surgem pequenos produtores independentes que saem do campo para os burgos – pequenas vilas, que com o passar do tempo vieram a transformar-se em cidades, fundadas à beira das estradas por servos libertos e que tinham sua base econômica no comércio, “desta população municipal saíram os primeiros elementos da burguesia” (MARX; ENGELS, 2006, p. 85). Novas relações econômicas e sociais se originam enfraquecendo a ordem feudal e a sociedade medieval cede à sociedade urbana, instituída pelo comércio e indústria rudimentar.

O antigo modo de produção feudal baseada no ofício, devido ao aumento das trocas e consequentemente da produção, resultado da ampliação dos mercados, não conseguiu suprir as necessidades demandadas e foram substituídas pelas manufaturas, que em relação ao trabalho artesanal era uma forma avançada de organização da produção, pois, a manufatura, conseguiu a partir da decomposição da atividade artesanal reduzir o tempo que era empregado para a produção de determinado produto e aumentar a velocidade do trabalho. A forma de trabalho na manufatura aumentava a produtividade individual e passou a exigir ferramentas especializadas para o trabalho, para uso particular, fixo e exclusivo em determinadas atividades, condizentes com o trabalho parcial (SOUZA, 2016), o que condicionou surgimento e desenvolvimento da maquinaria. O autor ainda complementa que a divisão do trabalho é estabelecida conforme as peculiaridades dos trabalhadores, já que na manufatura existem tarefas simples e complexas. Diante disso, ocorre a variação do valor da força de trabalho, estabelecendo uma hierarquia ao criar a escala de salários. Com as transformações técnicas e do processo de trabalho, a manufatura apropria-se da força de trabalho daqueles que a princípio não detém de meios para a produção de mercadorias, tornando-o um acessório da oficina capitalista.

Seguindo o raciocínio da generalização da produção para a troca, condicionada pela intensificação das trocas comerciais e o crescimento dos núcleos populacionais, segundo Teixeira e Souza (1985), com a expansão desta – entendida como expressão da diferenciação da divisão social do trabalho – ocorre também a separação dos produtores diretos de mercadorias dos seus meios de produção. Diante disso, passam a possuir uma única mercadoria – a sua força de trabalho. As autoras ainda pontuam que o trabalho torna-se alienado, vazio de sentido para o trabalhador, dado que o resultado de sua atividade passa a ser propriedade de outrem. E que estes se submetem a essa condição para integrassem ao mercado, e garantir a única forma de sobrevivência, ou seja, o acesso ao dinheiro, passaporte único às demais mercadorias. Com isso, as condições para a sua sobrevivência vão se afastando cada vez mais do seu domínio, pois, ao colocar a sua força de trabalho a venda tornam-se completamente subordinados ao capital, que estabelece regras e condições, mostrando-se totalmente alheio e desapegado aos mesmos.

O crescente emprego das máquinas faz o trabalhador passar de sujeito ativo no processo produtivo para sujeito passivo, pois, este agora não comanda mais o ritmo de trabalho, ele simplesmente acompanha o ritmo da máquinas, o que torna-o um apêndice das mesmas, perdendo o seu caráter autônomo. Conforme Gonçalves e Abaurre (2014, p.31), “isso fez com que muitas famílias dedicadas ao trabalho doméstico nas antigas corporações e manufaturas fossem obrigadas, para sobreviver, a dispor de seus instrumentos de trabalho e vender a sua força de trabalho”. O trabalhador submeteu-se à exploração da sua força de trabalho reduzindo seu significado em meras relações monetárias. O trabalho, antes realizado

manualmente e que exigia especialização dos trabalhadores, com a inserção das máquinas no processo produtivo deixa de ter importância, pois as máquinas agora executam as operações que antes lhes eram cabíveis. Com isso novos participantes são integrados no mercado – inclusive as mulheres e crianças, favorecendo para que ocorra possível redução de salários e a dependência do trabalhador.

O processo produtivo sofre novas alterações com a introdução da linha de montagem, por Henry Ford, na indústria automobilística. Nesse sistema, a produção é orientada conforme a teoria de Frederick Taylor, passa a ser administrada cientificamente tendo como base o parcelamento extensivo das atividades e tarefas, formas de supervisão e controle despóticas, além da desqualificação da força de trabalho pela extrema separação entre as tarefas de concepção e de execução (SANTOS, V., 2009), o que resulta, segundo Gonçalves e Abaurre (2014, p.34), “na desqualificação do trabalhador, retirando-lhe a possibilidade de acesso ao conhecimento, criatividade, o sentimento, a emoção, o desejo, e portanto, a perspectiva de realização pessoal pela atividade produtiva”. O fordismo-taylorismo se espalhou para todo o sistema produtivo como forma de organização da produção e do trabalho e se apoiou em elementos básicos como a linha de montagem, a produção em massa, produtos homogêneos, consumo de massa, controle de tempo e movimento do operário, existência do trabalho parcelado, separação entre elaboração e execução no processo produtivo e desqualificação do trabalhador (SANTOS, V., 2009, p.2).

O fordismo teve seu ápice no período pós-guerra nas décadas de 1950 e 1960, conhecidas como “os anos dourados”, esse período foi também marcado por profundas mudanças, dentre elas está a consolidação do envolvimento entre a política e a economia através da ampliação da intervenção do Estado nas atividades econômicas, segundo Catani (2011), atuando preventivamente contra as crises no investimento privado, tornando-se no comprador principal do mercado, especialmente no que se refere a investimentos, e um instrumento dos grupos monopolistas dominantes, dessa forma representando, além do interesses do capitalismo e do conjunto da classe capitalista, os interesses dos grupos monopolistas dominantes do capitalismo.

Diante do papel exercido pelo Estado, as relações entre as classes ficaram tensas perante o ciclo de greves e lutas sociais que eclodiram no final da década de 1960 e foi necessário acomodar as massas oferecendo aos trabalhadores seguridade social (saúde, educação, direitos previdenciários, estabilidade no emprego, dentre outros.) (SANTOS, V., 2009), dessa forma a burguesia amorteceria os conflitos e os controlaria através do Estado.

O Estado assegurou as conquistas da classe operária, ao mesmo tempo em que servia de centro dinâmico de acumulação do capital. Sendo assim, o Estado Moderno Capitalista era sem dúvida, o único a garantir a reprodução do capital nesse período, e ao mesmo tempo incorporar as massas, pois ele é produto da própria forma mercadoria, uma vez que ele só pode ser concebido dentro da forma mercadoria. Assim, o Estado Capitalista é o que sustenta o capitalismo e vice-versa. (SANTOS, V., 2009, p.3)

O fordismo-keynesianismo se expandiu mundialmente e conseguiu a hegemonia do modo de racionalização do trabalho e regulação econômica. Porém, o modo de produção fordista, caracterizado pela produção em massa, padronização e racionalização do trabalho, não conseguiu atender a demanda da sociedade que se tornava cada vez mais heterogênea. Para se reestruturar, o capitalismo toma medidas como: elevar o grau de exploração de trabalho, reduzir os salários e baratear os produtos.

Diferente do modo de produção fordista, o modo de produção e organização de trabalho desenvolvido por Taiichi Ohno (1912-1990), engenheiro da empresa automobilística japonesa *Toyota Motor Corporation*, rompe com a lógica de produção em massa, pois tornou-se necessário produzir de forma mais eficiente, visto que o Japão encontrava-se destruído em

virtude dos massacres desencadeados pela guerra e sua economia estava totalmente enfraquecida.

Em 1953, durante uma viagem aos Estados Unidos, o engenheiro notou como os clientes pegavam os produtos das prateleiras nos supermercados: somente o que era necessário, no momento necessário e na quantidade necessária. Em seu retorno ao Japão, Ohno desenvolveu o *kanban*, uma técnica que utiliza cartões de informação para controlar a produção de acordo com a necessidade. (TOYOTA, 201?)

O modo de produção toyotista inseriu um novo padrão de desenvolvimento apoiando-se em seis princípios básicos: crescimento pela demanda; combate a qualquer tipo de desperdício; flexibilidade do aparato produtivo; instalação do método *kanban*; diversificação dos produtos; e terceirização da produção (SANTOS, V., 2009). Diante dessa nova lógica de produção, o Japão conseguiu inserir-se nos lucrativos mercados dos países centrais, e a partir da década de 1970, as empresas toyotistas assumiram a supremacia produtiva e econômica, devido à sua sistemática produtiva. O choque do petróleo e a consequente queda no padrão de consumo, favoreceu o cenário para as empresas japonesas toyotistas. A razão para esse fato é que, devido à crise, o aumento da produtividade, embora continuasse importante, perdeu espaço para fatores tais como a qualidade e a diversidade de produtos para melhor atendimento às demandas dos consumidores. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 20?)

O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo na década de 1970, sustentando-se num processo produtivo e organização do trabalho flexíveis. O trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo, onde para atender às exigências do mercado, o trabalhador passa a operar com várias máquinas, combinando várias tarefas simples, tornando o trabalhador polivalente (ANTUNES, 2006). Diante da flexibilização do processo produtivo e da organização do trabalho, a produção contava com um número mínimo de trabalhadores, já que as máquinas eram as protagonistas do processo produtivo, dessa forma ocorrendo também a flexibilização dos trabalhadores. Diferente do pleno emprego no fordismo, “o toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado” (ANTUNES, 2006), o que resultou na intensificação do trabalho, perda de direitos trabalhistas, na crescente precarização do trabalho, e no desemprego estrutural.

Diante das alterações provocadas pela expansão capitalista, o trabalhador imerso na lógica capitalista, torna-se alienado ao processo produtivo e dependente da venda de sua força de trabalho, sujeitando-se a condições de trabalho precárias e inadequadas em troca de salário para garantir, além da sobrevivência, um meio de inserção social, o que lhe confere um valor social e assim lhe proporcionando uma identidade e valorização moral.

3 A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO E A ECONOMIA INFORMAL

A expansão capitalista provoca alterações substantivas na economia, nas relações de empregos e na estrutura ocupacional no interno das organizações trazendo definições da formação e qualificação do trabalhador, além de incitar contínuas reestruturações produtivas com consequência para mudanças societárias (LAUDARES, 2006). O reflexo das diversas transformações ocorridas tanto na esfera econômica, quanto na social e cultural, desde o final do século XX, resultaram em uma nova configuração no sistema produtivo, repercutindo intensamente no mundo do trabalho.

A reestruturação do processo produtivo trouxe novas técnicas de gestão e

inovações tecnológicas em todos os ramos de produção, fazendo com que fosse reduzida a demanda por mão-de-obra, ao mesmo tempo em que exigiu maior qualificação e intensificou a exploração sobre a força de trabalho. Percebe-se que o maior ônus destas transformações recaiu sobre a classe trabalhadora, que permaneceu no mercado através de atividades precárias ou que tem sofrido um processo crescente de exclusão do mundo do trabalho, principalmente dos postos de trabalho formais e estáveis. (NASCIMENTO, 2007, p. 265)

O maior ônus das transformações se sobressaíram sobre a classe trabalhadora que cada vez mais submetiam-se ao trabalho precarizado e sem quaisquer garantias, pois, segundo Antunes, a flexibilização pode ser entendida como a “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores sem penalidades, reduzir ou recorrer a mais horas de trabalho, pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige, subdividir a jornada de trabalho conforme for conveniente para a empresa, dentre outras diversas formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2009). Essa “liberdade da empresa” condiciona o desaparecimento dos postos de trabalho, resultando no aumento de trabalhadores excluídos do mercado formal “em todos os níveis salariais e de qualificação, fazendo com que o trabalho informal aumentasse consideravelmente” (NASCIMENTO, op cit, p.268).

Distantes do empregos formais nos tradicionais setores primário e secundários e as diversas formas de precarização do trabalho, é no setor terciário que grande parcela dos trabalhadores reproduzem suas condições materiais e sociais mediante ao trabalho assalariado que, segundo Singer (1999), é um tipo de ocupação e não de emprego, pois a ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce. A precarização e o desemprego não afetam apenas as relações de trabalho, mas também atingem o cidadão que vê o aumento da massa de trabalho morto prevalecer a massa de trabalho vivo, e dessa forma restringindo a sua participação na vida social. É nesse contexto que ocorre a expansão da procura de outras formas de remuneração e obtenção de renda por parte dos trabalhadores. Segundo a OIT (2005), ingressar na economia informal não é visto por muitos como uma escolha, mas uma necessidade absoluta e que é raro que os empregos assim criados correspondam a critérios de trabalho digno. Portanto, o comércio informal surge a partir da necessidade de sobrevivência de determinada faixa da população que não adquire espaço no mercado formal e, com isso, busca outros mecanismos de sobrevivência (LIMA; ARRAIS; COIMBRA, 2014).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2005), a economia informal engloba uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários que não são abrangidos, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Ou seja, são trabalhadores que operam à margem lei, ou que não respeitam a legislação por considerar inadequada, gravosa ou impor encargos excessivos. E diante disso sofrem a falta de proteção de direitos e de representação. Conforme aponta a Organização das Nações Unidas – ONU (2018), “mais de 61% da população empregada no mundo – 2 bilhões de pessoas_ está na economia informal, segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”. E ainda expressa que no Brasil o índice de informalidade no emprego totaliza 46%, sendo maior entre os homens (37%) do que entre as mulheres (21,5%).

Krein e Proni (2010) destacam alguns fenômenos dos quais a partir destes pode-se caracterizar, o que segundo a OIT denomina economia informal, fenômenos tais como a contratação ilegal de trabalhadores sem registro em carteira, os contratos atípicos de trabalho, o trabalho em domicílio, os autônomos sem inscrição na previdência social, o comércio ambulante, dentre outros. E é nesse cenário em que, “mal e precariamente, vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos formais de trabalho” Cleps (2009, p.329) O crescimento da carga tributária, o aumento na regulação da economia informal, a aposentadoria precoce, o

desemprego, inflação, dentre outros, são as causas elencadas por Ribeiro (2000) para a economia informal.

3.1 A Feira Livre no contexto da economia informal

Diante de todas as transformações decorrentes da expansão capitalista que resultaram na precarização e diminuição dos postos de trabalho, resultando no desemprego em massa, os trabalhadores acabam sendo levados a aderir ao mercado informal.

O histórico familiar, o modo de vida em que estão inseridos, a busca de autonomia, de liberdade, de flexibilidade do trabalho – embora com carga horária intensa - e o controle do seu próprio negócio, também faz com que muitos indivíduos destinem-se ao setor informal. Essa modalidade também pode ser optada por trabalhadores mais velhos, que com idade avançada, dispensados pelas indústrias em geral do mercado formal, e a baixa escolaridade, migram involuntariamente para esse setor, dando aos mesmos o sentimento de útil e ativo na sociedade, dispensando a competitividade e a subordinação existente dentro do mercado de trabalho informal (PEREIRA, 2014, p.17).

Diante das causas apontadas para a existência da economia informal, nas últimas décadas, o setor terciário tem se tornado a principal opção de refúgio para o crescente desemprego, devido a redução dos empregos formais nos “tradicionais” setores primário e secundário (ASSIS; ARAÚJO, 2009). Por conta da desobrigação da qualificação da mão de obra e as precárias condições de trabalho existentes no setor formal, não há dificuldades para inserção nesse setor, onde prevalecem a prestação de serviços.

Uma das modalidades mais antigas de comercialização de produtos são as Feiras Livres, que ainda hoje, frente ao avanço do período e meio técnico-científico-informacional, proporcionadores de formas de comércio diversas, como é o caso daquelas que se fazem sem sair-se de casa através da internet e do telefone, as Feiras Livres, segundo Dantas (2008, p.88), quanto “instituição destinada à troca comercial, tem sua origem relacionada ao renascimento da atividade comercial na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, e destacam-se como atividades importantes para a economia das cidades onde ocorrem (SANTOS, J., et. al, 2014), além de serem lócus de reprodução da vida cotidiana onde “diferentes grupos sociais trabalham, consomem, realizam formas culturais e vivenciam os limites do exercício da escassa cidadania”, segundo Mascarenhas e Dolzani (2008, p. 73).

No Brasil, principalmente no Nordeste, as feiras são o principal local de comércio da população e envolvem significativos fluxos de mercadorias, pessoas e informações, gerando renda e desenvolvimento para os locais onde essas atividades acontecem, além de integrar áreas rurais, e pequenas, médias e grandes cidades, manifestando uma atividade ainda hoje importante para muitos sujeitos urbanos e rurais (SANTOS, J. E., 2013). Porém, possuem expectativas de crescimento e desenvolvimento é limitado devido à falta de conhecimento, informação e recursos dos feirantes, que acabam perdendo espaço para grandes canais de comercialização (SALES; REZENDE; SETTE, 2011).

Característico dos negócios informais, geralmente nas cidades estão concentrados no comércio e nos pequenos serviços. A Feira Livre, como um lugar de comércio e de prestação de serviços, acondiciona um diversificado leque de trabalhadores, desde pequenos produtores a ambulantes, e é uma forma de sobrevivência para milhares de famílias de baixa renda que neste espaço desenvolvem diversas atividade laborativas.

Apesar de ser uma alternativa para geração de renda e autonomia para os trabalhadores, “a falta de infraestrutura e de segurança adequadas, comprometem significativamente na qualidade de vida desses trabalhadores e dos produtos que são comercializados” (SILVA, et al., 2017), porém, mesmo diante do antagonismo proporcionado

pela necessidade de trabalhar e das condições precárias do ambiente de trabalho, é nesse cenário que ocorre a reprodução material e social de inúmeros trabalhadores.

A fim de beneficiar milhares de empreendedores informais, oportunizando a formalização do negócio, garantia dos direitos trabalhistas, reconhecimento como segurado na Previdência Social, além dos benefícios comuns aos trabalhadores que possuem registro na carteira, a Lei Complementar nº. 128, de dezembro de 2008, cria a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI). Segundo Silva e Alves (2012, p. 7), as atividades que “podem ser enquadradas pelo MEI, são aquelas oriundas de atividade por conta própria, urbana e de baixa renda, como por exemplo: artesão, cabelereiro, carpinteiro, comerciante de roupas, cosméticos, entre outros”. Ao tornar-se MEI, o trabalhador pode contar com diversas vantagens como foi visto anteriormente, mas também conta com algumas limitações como impostos fixos, que não é vantagem quando o empreendedor não possui uma renda fixa; capacidade de expansão do negócio limitada, pois não poderá ter nenhum sócio e nem abrir mais de dois estabelecimentos, além de poder contar com uma mão de obra reduzida; aposentadoria limitada e custo alto, caso queira encerrar as suas atividades.

Porém, em relação ao incentivo dado ao empreendedorismo Antunes, afirma que esse é um exemplo do forte processo de ocultamento das novas modalidades de exploração de trabalho, trazendo de modo embutido, diferentes formas de precarização (ANTUNES, 2009). A formalização dos trabalhadores acontece rodeada de controversias, pois se de um lado equipara o trabalhador informal, em relação aos benefícios e garantias, ao trabalhador do setor formal, põe sobre os mesmos responsabilidades que não reduzem a sua vulnerabilidade.

4 METODOLOGIA

À luz do método materialista dialético buscou-se analisar como a extinção da Feira Livre e a realocação dos feirantes no novo Mercado Público transformou a configuração do trabalho no contexto característico da economia informal. Nesta perspectiva de análise, recorreu-se ao método de pesquisa qualitativa, uma vez que, “ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p.21). Quanto aos objetivos, essa pesquisa, caracteriza-se como exploratória, pois tem como objetivo proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo acerca de determinado fato, e descritiva, pois visa levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população (GIL, 2008), tendo como objetivo básico, descrever as características de populações e de fenômenos (GIL, 2002).

Dada à necessidade de delimitar o campo de estudo e com ele os sujeitos que iriam articular da investigação, apresentaram-se como informantes indispensáveis para a consecução dos objetivos específicos, dois grupos de atores sociais: os gestores públicos municipais e os feirantes que trabalhavam na antiga Feira Livre.

Quadro 1- Sujeitos da pesquisa

Sujeito Entrevistado	Quantidade	Código do Entrevistado
Gestores Públicos Municipais	5	Entrevistado 1 a 5
Feirantes	10	Entrevistado 6 a 15
TOTAL	15	

Fonte: Dados da pesquisa

No que diz respeito ao primeiro grupo, foram selecionados os indivíduos que possuíam envolvimento direto com o fenômeno em questão – Secretário de Administração e Finanças, Secretária de Indústria e Comércio, o Secretário de Cultura e Turismo, o Administrador do Mercado Público e um representante do Poder Legislativo da cidade. Em relação ao segundo grupo, optou-se pela definição de amostra não-probabilística do universo de feirantes, pelo critério de conveniência, pois através desta a obtenção de informações ocorre de maneira mais rápida e com menor custo.

Dada a natureza qualitativa do estudo, exigiu-se a adoção de um arsenal de instrumentos de coleta/construção de dados apropriado para capturar as percepções dos sujeitos e descrever o fenômeno em profundidade – observação não-participante e entrevistas, utilizados concomitantemente no decorrer dos meses de março, abril e maio de 2018.

A entrevista, que Gil (2008, p. 109) conceitua como “uma forma de interação social [...] uma forma de diálogo assimétrico, através do qual , uma das partes procura coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”, realizou-se a partir de roteiros semiestruturados tanto com os feirantes quanto com os gestores públicos; à medida que esta técnica, pode ser usada com todos os segmentos da população, fornecendo dados mais precisos, dando uma maior flexibilidade ao entrevistador de repetir ou esclarecer perguntas, avaliar atitudes em relação ao entrevistado, dando a oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos. Apesar de suas vantagens, a entrevista também possui limitações, como, por exemplo, a disposição do entrevistado em dar informações desnecessárias; a possibilidade do entrevistado ser influenciado pelo entrevistador; a retenção de alguns dados importantes receando a revelação da sua identidade; a incompreensão, por parte do informante, do significado das perguntas, da pesquisa; e por ocupar muito tempo e difícil de ser realizada (LAKATOS; MARCONI, 2007).

Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas com dez feirantes, segundo uma amostra não-probabilística, por caráter de conveniência, e quatro representantes do poder público municipal – o Secretário de Administração e Planejamento; a Secretária de Indústria e Comércio; o Secretário de Cultura e Turismo, um representante do Poder Legislativo da cidade, e o Administrador do Mercado Municipal.

A técnica para análise dos dados foi por meio da análise de conteúdo, que Bardin (2011, p. 47) conceitua como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, por meio dessa técnica é possível interpretar as diversas formas de linguagens empregadas nas entrevistas, observação e fotografias. Esse método de análise é bem complexo, pois envolve um processo de organização, operacionalização e sistematização para cada discurso buscando uma compreensão racional e concisa.

5 ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

5.1 O Feirante e a Feira

Nesta seção serão analisados os dados coletados, através das entrevistas realizadas durante a pesquisa, objetivando descrever o perfil dos feirantes que desenvolviam suas atividades na antiga feira livre e que hoje atuam como permissionários na sede do novo Mercado Público da cidade, conhecer o porque de optarem por trabalhar nesse ramo de atividade e o ônus proporcionada pela mesma.

Quadro 2 - Perfil dos feirantes

Sujeito Entrevistado	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Tempo de trabalho na antiga Feira Livre
Entrevistado 6	Masculino	70 anos	Analfabeto	35 anos
Entrevistado 7	Feminino	50 anos	Analfabeto	14 anos
Entrevistado 8	Feminino	51 anos	Ensino Médio Completo	21 anos
Entrevistado 9	Masculino	71 anos	Analfabeto	40 anos
Entrevistado 10	Masculino	63 anos	Analfabeto	16 anos
Entrevistado 11	Feminino	49 anos	Ensino Médio Incompleto	15 anos
Entrevistado 12	Feminino	76 anos	Analfabeto	15 anos
Entrevistado 13	Feminino	64 anos	Ensino Fundamental Incompleto	5 anos
Entrevistado 14	Feminino	64 anos	Ensino Fundamental Incompleto	11 anos
Entrevistado 15	Masculino	55 anos	Ensino Médio Completo	15 anos

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme, descreve o Quadro 2, acima, 5 entrevistados, correspondente a 50% dos entrevistados, são analfabetos; 3 entrevistados, correspondente a 30% dos entrevistados, possuem ensino fundamental incompleto e apenas 2 entrevistados, correspondente a 20% dos entrevistados, possuem ensino médio completo. Outro dado que se destaca é a presença predominante do sexo feminino.

Diante dos dados expostos no Quadro 2, percebe-se o baixo grau de instrução e a idade dos feirantes, que apresentam uma faixa etária entre 40 a mais de 56 anos de idade, como sendo aspectos, segundo Pereira (2014), que direciona os trabalhadores involuntariamente para o setor informal, dando aos mesmos o sentimento de útil e ativo na sociedade, dispensando a competitividade e a subordinação existente dentro do mercado de trabalho formal. Pode-se observar isso também no discurso do Entrevistado 13:

(Fragmento 01) Ser feirante, é porque nós chegamos a uma realidade obrigatória. Porque eu sou um profissional, eu passei muitos anos sendo motorista. [...] Eu sou de Recife e quando cheguei aqui não tinha opção. Procurei emprego, não encontrei, aí fui negociar na feira como feirante pra não ficar parado. [...] Nossa situação é essa. Então eu, com sessenta e três anos, se eu for fazer um teste em uma empresa, o profissional que eu sou, sou descartado. Então nós que estamos vivendo na feira *samos* obrigados pra ver se nós sustenta nossa família, o pão de cada dia pra nós ganhar, só isso e ter nossa honestidade e nossa dignidade. **(Entrevistado 13)**

A Feira Livre é um ambiente de comércio que abrange um leque diversificado de trabalhadores, sendo, portanto, para muitos uma rota de fuga para o desemprego e uma forma de obtenção de renda. A maioria dos feirantes entrevistados relatou se destinar a essa profissão por não ter alternativa e nem oportunidade de trabalho nos postos formais, uma minoria afirma trabalhar porque gosta, como relata o Entrevistado 14, “Eu gosto, é um trabalho que eu gosto. [...] Eu já trabalhei muito na minha vida, foi o suficiente, me aposentei e eu só tenho um filho. Eu não preciso assim, de tanto dinheiro”, a fuga do desemprego e a aposentadoria são justificativas que podemos correlacionar às raízes do setor informal mencionadas por Ribeiro (2000).

Apesar da importância que a Feira Livre representa para a geração de emprego e de renda para a sobrevivência familiar, os trabalhadores sofrem o ônus característico da economia informal, por não contarem com uma renda fixa ou condizente com o serviço prestado, férias, pagamento de horas extras e não serem amparados em caso de acidentes de trabalho, não possuírem inscrição na previdência social, dentre outros. Além de estarem submetidos a um ambiente de trabalho inadequado para a realização das suas atividades,

comprometendo significativamente na qualidade de vida desses trabalhadores e do produtos que são comercializados (Silva, et. al., 2017), devido a falta de organização e limpeza como relata o Entrevistado 15, ao descrever a antiga Feira Livre: “Era uma feira muito bagunçada, era um local assim,[...] em termo de higiene era muito precário, sabe?” e o Entrevistado 7: “É por que nós *ficava* na chuva e no meio do sol quente. Só naquela *cobertinha* de plástico não dava. [...] O ambiente lá era só sujeira.”, sendo também prejudicados pela falta de segurança do local como podemos observar na fala do Entrevistado 6: “Não tinha segurança. A segurança nossa era nós que *pagava* e o *caba* mesmo era que roubava, [...] Nós *pagava* e ele mesmo roubava, e ali num podia dar parte a ninguém”, e do Entrevistado 9: “Eu acho que as pessoas de fora chegavam pra entrar ali, tinham até medo de entrar naquela barracaria daquele jeito que era ali”, e o menosprezo e preconceito que sofrem por permanecerem neste ambiente, como expressa o Entrevistado 13: “Porque ali nós *tava* sendo considerado como flagelado, favelado”.

Mesmo diante dessas condições adversas para um ambiente ideal de trabalho, é nesse ambiente que em consonância com Cleps (2009), vai ocorrendo a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, num quadro marcado pela destruição e escassez dos postos formais de trabalho, longe de ser um ambiente que viabilize e estimule o desenvolvimento do empreendedorismo como alternativa ao emprego regular.

5.2 Os impactos da realocação para os feirantes

Nesta seção serão apresentadas as justificativas dadas pela gestão pública municipal para a realocação dos feirantes para a nova sede do Mercado Público – Mercado Municipal Elisabeth Sá – e salientada a influencia das mudanças impostas pelo poder público nas práticas de trabalho dos feirantes, visto que nesse processo os feirante sofreram uma transição do comércio informal para o comércio formal, e reveladas as expectativas que ambos os grupos sociais entrevistados possuem quanto ao novo Mercado Público.

Quando questionados sobre o que motivou a realocação dos feirantes e a necessidade da construção de um novo Mercado Público, nas justificativas dadas pelos gestores públicos municipais foram enfatizadas as péssimas condições sanitárias e a falta de segurança que envolviam o local, como estão evidenciadas nas falas do Entrevistado 1 e do Entrevistado 2:

(Fragmento 02) [...] a feira época quando funcionava ali, o mercado era simplesmente, não tinha como entrar naquele mercado, era um verdadeiro pandemônio de sujeira, era uma fedentina e não era a falta do poder público, porque a gente mandou arrumar banheiro, a gente mandou limpar, a gente fazia tudo. Mas, é porque ali realmente era um centro de prostituição, de jogatina, de bebida, [...] a questão da Feira Livre toda cidade tem, até nos grandes centros existem Feira Livre e nós tínhamos essa Feira Livre localizada no Mercado, como eu disse, houve uma grande necessidade de remoção dela dali porque ela tomou uma proporção que não era salutar, nem *tava* fazendo bem pra o município, [...]. **(Entrevistado 1)**

(Fragmento 03) Ela estava de uma certa forma, trazendo um desconforto para a população, para o trânsito. Até pra quem ia se utilizar da feira, pra quem ia comprar. Quer dizer, as pessoas deixaram de ir ao mercado, por que? Porque achavam sujo. Deixaram de ir porque tinham medo, porque não tinha um horário, porque havia muita bebida, porque havia jogatina, porque havia prostituição. **(Entrevistado 2)**

A falta de controle gerada pelo desordenado crescimento do número de comerciantes, feirantes e ambulantes, também foi uma das justificativas da gestão pública municipal, pois, segundo os mesmos, o espaço da antiga Feira Livre tornou-se incapaz de abrigar todos

feirantes, permissionários, ambulantes e os demais que ocupavam aquele espaço e seus arredores. Uma consequência apontada pela a expansão da antiga Feira Livre para outras ruas e praças próximas ao Mercado Velho foi a degradação do Patrimônio Histórico Cultural do município concentrado na região central da cidade, que abriga importantes obras, prédios, casarões e bens patrimoniais do século XIX, e que fortalecem a economia do município através do turismo.

(Fragmento 04) Então, quer dizer, havia ali um problema social, havia ali um problema de saúde, havia ali um problema de mobilidade urbana e um problema patrimonial. Porque ali também é um patrimônio tombado. [...] Então o Novo Mercado, ele vem pra resolver todos esses aspectos. O aspecto do patrimônio que precisa ser protegido, que precisa ser livre. O aspecto da mobilidade, que ali precisa ser uma área de circulação e aqueles patrimônios também estavam sendo prejudicados por aquele entorno. **(Entrevistado 2)**

Diante dos discursos dos gestores públicos expostos anteriormente, é notório que na visão do poder público a realocação da Feira Livre era uma ação inevitável, pois a proporção que a mesma tomou estava resultando em sérios problemas para o município, como vemos no discurso do Entrevistado 1, quando ressalta que já não era mais um ambiente salutar, e também na fala do Entrevistado 2, quando ressalta que a mesma estava proporcionando desconforto para população, além da degradação do Patrimônio Histórico Cultural do município.

A Feira Livre estava localizada no Mercado Velho desde o ano de 1934, e foi ao redor dela que o comércio da cidade se desenvolveu. O espaço em torno da Feira Livre era compartilhado por supermercados, bancos, lojas, farmácias, restaurantes, além de inúmeros comerciantes ambulantes, dessa forma se constituindo como o coração do setor terciário da cidade.

Figura 1- A antiga Feira Livre de Oeiras



Fonte: Imagens Google¹

Na figura 1 é possível observar parte da antiga Feira Livre que acontecia ao redor do Mercado Velho, um dos monumentos que compõem o Patrimônio Histórico Cultural da cidade, local que contava com um intenso fluxo de pessoas e circulação de mercadorias, dando condições para a existência e desenvolvimento do comércio informal, destaca-se também a disposição das barracas e o aglomerado de pessoas e veículos. A Feira Livre permaneceu neste local até o ano de 2017, quando ocorreu a realocação dos feirantes para a

¹ Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-7.0149513,42.13053a,90y,10.18h,96.28t/data=!3m6!1e1!3m4!1sWAZwC86q-A3tVsthfYI8vg!2e0!7i13312!8i6656>> . Acesso em: 22 de junho de 2018.

sede do novo Mercado Público – Mercado Municipal Elisabeth Sá (Figura 2), localizado na margem da BR-230 e a alguns metros do Mercado Velho.

O Mercado Velho, segundo dados coletados na pesquisa, passará por uma revitalização e já possui um destino quanto ao seu funcionamento como relata o Entrevistado 2:

(Fragmento 05) Ele vai ter como função de um grande centro cultural como: receptivo turístico, área palestras, na parte de dentro onde tinham os boxes vão ser lojas de artesanato e o grande pátio interno vai ser um anfiteatro. Na parte de fora vai agregar o que? Vão ser lojas de comercialização de antigos saberes. Pra que a gente não perca essas memórias afetivas, sensoriais, do cheiro, do gosto do antigo mercado. Não vai ser um mercado porque já vai ter o outro. Mas vai ter o boteco com a comida típica, que era servido antigamente. Vai ter a sorveteria, com os sabores da terra. Vai ter a comercialização dos doces, pra que o turista tenha. Então aquilo vai se tornar, você imagina, cinco horas da tarde com um mercado modelo ao redor com artesanato, com gastronomia local, feirinhas com produtos produzidos por artesãos da terra, cerâmica, bordados, souvenirs da cidade, camisetas, né? E todo aquele calçadão, aquela área em volta, barzinhos, cafeteria, tapiocaria, que é uma coisa nossa, padaria, boteco, cheio de mesinhas ao redor de um espaço daquele de convivência. (Entrevistado 2)

O espaço do Mercado Velho, portanto, passará a ser um espaço comercial, mas também mais um atrativo a fortalecer o turismo na cidade. Segundo o Entrevistado 2, o projeto está pronto e já foi encaminhado para a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA).

Figura 2 - Mercado Municipal Elisabeth Sá



Fonte: Portal Integração (2018)

Para admissão dos feirantes no novo Mercado Público, por se tratar do uso de um bem público, foi feito um processo licitatório, conforme as informações obtidas através das entrevistas com a gestão pública municipal. Para conseguir um box (ou ponto de venda) é necessário que o futuro permissionário seja um Microempreendedor Individual (MEI), e o contrato que firma a concessão se limita a um período de dez anos. Em caso de desistências, o permissionário devolve a sua concessão e esta será destinada para outra pessoa de acordo com o perfil determinado anteriormente.

A exigência de que os permissionários do novo Mercado seja um MEI, decorre pelo incentivo dado pelo Estado para a formalização dos diversos trabalhadores que vivem no mercado informal, pois a partir desta, o trabalhador passa a garantir direitos comuns a trabalhadores com carteira assinada; possuirá um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e alvará de funcionamento sem custo e sem burocracia; terá acesso a produtos e

serviços bancários, como crédito; baixo custo mensal de tributos (INSS, ISS ou ICMS); acesso a apoio técnico do SEBRAE, além dos direitos e benefícios previdenciários, conforme o Portal do Empreendedor-MEI, mas para ter acesso às vantagens é preciso estar em dia com a contribuição mensal com o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Percebe-se que para serem admitidos no novo Mercado Público, os antigos feirantes que antes que trabalhavam sem nenhum registro formal, agora passa por um processo de formalização, e que diante disso exige dos mesmos uma nova postura diante do seu trabalho, onde devem adequar-se a um novo modelo de comércio e cumprir todas as exigências legais que lhes são impostas. Com isso, em relação ao edital de licitação para o funcionamento dos pontos de venda no novo Mercado Público, um grupo de feirantes realizaram manifestações onde expressaram serem contrários e estarem insatisfeitos diante dessa medida, argumentando que esta é uma medida que não beneficia os feirantes locais, pois os mesmos possuem baixa renda, o que torna inviável manter o seu negócio (FOLHA DE OEIRAS, 2016).

A fim de orientar os novos permissionários do Mercado Público, a gestão pública municipal, juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codesfav), firmaram uma parceria e ofereceram treinamentos e capacitações, dentre elas, de manipulação de alimentos e higiene para as pessoas que iam trabalhar no segmento da alimentação, atendimento ao cliente, relação interpessoal, workshops, além de disponibilização de acessórios e materiais para o uso dos mesmos. Nesse contexto, destaca-se a fala do Entrevistado 1:

(Fragmento 06) Nós levamos eles pra lá como a gente leva, sabe, empresários, a gente *tava* tratando-os não como meros feirantes, [...] eles não foram pra lá simplesmente jogados não. **(Entrevistado 1)**

Presencia-se portanto, que o processo de realocação dos feirantes da antiga Feira Livre para a sede do novo Mercado Público projeta nos mesmos a imagem de empreendedores, redesenhando a sua modalidade de trabalho. Conforme Antunes (2009), o redesenho das novas e velhas modalidade de trabalho, por exemplo, através do empreendedorismo, é uma dentre as mais distintas formas alternativas de trabalho precário, e com isso objetivam recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa.

Em relação às capacitações e aos treinamentos oferecidos pela gestão pública, quando questionados sobre de que modo as mesmas influenciaram na forma de trabalhar dos feirantes entrevistados, os mesmos afirmam que agregaram valor, porém eles já traziam consigo uma forma de trabalhar baseada na experiência e no conhecimento que adquiriram ao longo dos anos no ramo de atividade em que atuavam. Pode-se observar isso a partir de discursos como o do Entrevistado 9:

(Fragmento 07) Nós já *tem* a maneira como nós trabalhar. Pra nós, todo mundo que trabalha já é capacitado pra aquilo que ele faz né? [...] Num tinha como melhorar não, era só pra ensinar como fazer uma coisa que nós sabia. **(Entrevistado 9)**

Quanto à realocação, apesar de reconhecerem os benefícios advindos desta relacionados aos aspectos físicos da estrutura, da higienização, limpeza e a segurança do local sobressaem-se de forma pujante nas falas dos mesmos os aspectos negativos, como o valor das taxas de aluguel a pagar, os impostos, a dificuldade de se reinventarem no comércio em vista à concorrência com os grandes comerciantes da cidade e os demais comerciantes que possuem uma melhor localização, pois os mesmos acreditam que esta interfere na procura dos clientes pelo novo Mercado Público. A soma desses fatores resulta na busca de outros espaços e até mesmo a regressão às atividades do setor informal, pois está em xeque a única forma de garantir a sobrevivência dos mesmos, que é por meio da venda da sua força de trabalho,

condição que lhe permitirá o acesso ao dinheiro, passaporte único às demais mercadorias TEIXEIRA; SOUZA, 1985). Nesse contexto destaca-se a fala do Entrevistado 13:

(Fragmento 08) Eu paguei o imposto daqui em três vezes. Às vezes é parcelando, pedindo a menina pra ir lá, porque se você passar um dia de atraso, você paga um e vinte por dia e aqui tem horas que você não faz (vende). Ontem mesmo eu saí daqui, eu vendi um prato de farinha de seis reais. Então pra você que tem família, tem água, luz, tem tudo pra pagar, não tem como a gente *tá* sobrevivendo. **(Entrevistado 13)**

Finaliza-se a entrevista questionando sobre as percepções e expectativas que os entrevistados possuíam em relação ao novo Mercado Público. As opiniões se divergem, pois enquanto a gestão pública aplaude o novo empreendimento da cidade e projeta nele o futuro do comércio oeirense, os feirantes declaram uma visão um pouco menos otimista sobre o mesmo.

(Fragmento 09) [...] é um Mercado fantástico? Que é referencia no Estado, é referencia no Nordeste, [...] vai fazer um ano que nós inauguramos aquele espaço lá. Então, a gente vê que a coisa tá começando a engrenar, né? Tá dando certo, e vai ser uma referencia em termo de Mercado Público na região. **(Entrevistado 1)**

(Fragmento 10) [...] é uma obra importante que representa o futuro da cidade. Talvez seja uma obra das mais importantes pra todos nós. **(Entrevistado 2)**

(Fragmento 11) Aqui? É de parar. Porque o pessoal tão indo embora daqui. **(Entrevistado 13)**

(Fragmento 12) Menina, aqui só Jesus entendeu? Porque enquanto eu que tenho muita fé, tem muitos aqui *num* tem fé. E além disso, nem todo mundo dá valor aqui. É um lugar bom, que nem eu falei, mas nem todo mundo dá valor. E aqui depende de nós que *trabalhamo* aqui, entendeu? É uma coisa que pode ser sem futuro e também pode ser com futuro, porque cada um existindo aqui na base de atender seus *freguês*, seus *criente* e tudo, tem tudo pra funcionar mais ou menos. **(Entrevistado 15)**

As percepções e expectativas em relação ao novo Mercado Público Municipal de Oeiras – Piauí, quanto aos entrevistados nessa pesquisa vai de um extremo ao outro, pois enquanto a gestão pública aposta na consolidação e sucesso do novo empreendimento da cidade projetando no mesmo o futuro do comércio oeirense e referência em todo o Vale do Canindé, os feirantes possuem um visão menos otimista e suas expectativas ainda são controversas pelo fato da falta de aderência e adaptação dos feirantes para com o novo Mercado e a procura pelo mesmo por parte da população devido, segundo eles, ao difícil acesso à sua localização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como a extinção da Feira Livre de Oeiras-PI e a realocação dos feirantes para a sede do novo Mercado Público transformou a configuração do trabalho no contexto característico da economia informal.

Para a realização do estudo houve a necessidade de apresentar o perfil dos feirantes para melhor compreensão dos porquês pelos quais parcela significativa da população recorre ao trabalho informal. Diante dos dados obtidos na pesquisa pode-se perceber quais os fatores determinantes que levam ao trabalhador a submeter-se a condições precárias de trabalho e como o mesmo se posiciona diante dessa realidade.

Quanto aos objetivos propostos para a realização da pesquisa, para a sua obtenção foi necessário o uso de um arsenal de instrumentos para capturar as percepções que os participantes possuem sobre o fenômeno em questão.

Inicialmente, para conseguir atingir os objetivos foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado, do qual nos possibilitou a extração de informações relevantes para o nosso estudo, contribuindo também para uma visão geral do problema em questão já que foram ouvidos as principais personalidades envolvidas no fenômeno estudado. Antes de ouvir os feirantes, foi necessário direcionar-se aos gestores públicos da cidade para conhecer os fatores determinantes que justificam a suspensão da Feira Livre e a relocação dos feirantes para a sede do novo Mercado Público. As justificativas dadas pelos representantes da gestão pública dão enfoque para o crescimento do número de feirantes, ambulantes e demais comerciantes que exerciam as suas atividades ao redor da Feira Livre, onde estavam expostos a um ambiente desorganizado, com péssimas condições sanitárias, a falta de segurança do local, e também à degradação do valioso Patrimônio Histórico Cultural que remontam ao século XIX e que ajudam a contar a história e origem da cidade, possuindo uma grande atratividade e reforçando a economia da cidade através do turismo.

Em seguida, para entender como a extinção e realocação da Feira Livre transformou a configuração do trabalho no contexto característico da economia informal, foram realizadas entrevistas com os feirante, a partir de roteiro semiestruturado, e foi possível extrair dos entrevistados que a principal mudança ocorrida se deve à adequação dos mesmo ao redesenho do seu trabalho, pois quando trabalhavam na Feira Livre não detinham de nenhum registro formal, o que implica na desobrigação do cumprimento da legislação vigente, e hoje, como microempreendedores, está é um condição indispensável para a sua permanência no mercado formal. Outro ponto a se destacar é em relação às práticas de trabalho dos mesmos, que apesar de terem sido preparados através de treinamentos e capacitações, incentivando a reinvenção e a inovação esses trabalhadores estes ainda regem o seu negócio conforme no antigo espaço de trabalho (Apêndice C).

As expectativas quanto ao novo Mercado ainda são divergentes, pois enquanto a gestão pública aplaude e projeta no local o futuro do comércio oieirense, os feirantes ainda se encontram temerosos e com uma visão um pouco menos otimista em relação a este.

Pode-se, então, perceber que diante das repostas cedidas pelas personalidades envolvidas na pesquisa que é cumprido o objetivo proposto para a realização da mesma. Contudo, essa temática não esgota a possibilidade de pesquisas futuras reavaliando as perspectivas capturadas nesta pesquisa e a análise das percepções do consumidores/clientes, visto que presenciamos as mutações cotidianas do mundo em que vivemos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai**, n. 19, 2009, p. 47-57. Disponível em: <www.redalyc.org/html/124/124151004007>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

ASSIS, L. F.; ARAÚJO, F. F. A centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o

caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de julio de 2009, vol. XIII, núm. 294<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-294.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 14 de junho de 2018.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

CAZANE, A. L; MACHADO, J. G. C.F; SAMPAIO, F. F. Análise das feiras livres como alternativa de distribuição de frutas, legumes e verduras (FLV). **Informe Gepec**, Toledo, v. 18, n.1, p.119-137, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/7355/7453>> Acesso em: 15 de maio de 2018.

CHAVES, G. R. **Análise socioeconômica e cultural da feira livre do município de Remígio** – PB. 107 f. Dissertação (Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4044/1/PDF%20-%20Gilvando%20Rodrigues%20Chaves.pdf>>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

CLEPS, G.D.G. Comércio informal e a Produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). **Revista Sociedade & Natureza**, vol. 21, n. 3, p. 327-339, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9627>> Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

DANTAS, G. P. G. Feiras no Nordeste. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, vol. 7, n. 13, Fortaleza, p.87-101, 2008.

FOLHA DE OEIRAS. **Feirantes fazem manifestação contra licitação em novo Mercado Público de Oeiras**. Disponível em: <<http://www.folhadeoeiras.com/noticia/1129>> Acesso em: 06 de junho de 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M. H. B. ABAURRE, N. W. **Ética e Trabalho**. 2 ed. 16. Reimpr. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2014. 80 p

KREIN, J. F; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_227055.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2018.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAUDARES, J. B. As relações de trabalho numa sociedade capitalista: a sociedade tecnizada e capitalista. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/viewFile/2466/1585>>. Acesso em: 02 jun. 2018

LIMA, G. C; ARRAIS, L. S; COIMBRA, K. E. R. **Os Dilemas da Realocação da Feira Livre de Picos**. 2014. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2014.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Disponível em: <<https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmpsq7jbv.pdf>>. Acesso em: 16 de abril de 2018.

MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. 10 ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.

MASCARENHAS, G; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 2, p. 72-87, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/4710/3971>>. Acesso em: 02 jun. 2018

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NASCIMENTO. A. F. Economia popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 264-281, jul./ dez. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal, diz estudo da ONU**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/quase-dois-tercos-da-forca-de-trabalho-global-estao-na-economia-informal-estudo-da-onu/>>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT e a Economia Informal**. 2005. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

IMAGENS GOOGLE. **Oeiras-Pi**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-7.0149513,-42.13053a,90y,10.18h,96.28t/data=!3m6!1e1!3m4!1sWAZwC86q-A3tVsthfYI8vg!2e0!7i13312!8i6656>> . Acesso em: 22 de junho de 2018.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Curso de iniciação partidária: Modos de produção**. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/porta1/docs/modosdeproducao.pdf>> . Acesso em 22 de junho de 2018.

PEREIRA, R. L. **Informalidade e precarização do trabalho na feira livre de Guarariba/PB**. 2014. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarariba, 2014.

PORTAL INTEGRAÇÃO. **Mercado Público de Oeiras: difícil começo**. Disponível em: <<https://portalintegracao.com.br/novo-mercado-publico-de-oeiras-dificil-comeco/>>.

Acesso em: 22 de junho de 2018.

RIBEIRO, R. N. **Causas, Efeitos e Comportamento da Economia Informal no Brasil.**

Dez/2000. Disponível em:

<[http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/TrabAcademicos/Textos/Robert oCausasEfeitoseComportamentodaEconomiaInformalnoBrasil.pdf](http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/TrabAcademicos/Textos/Robert%20CausasEfeitosComportamentodaEconomiaInformalnoBrasil.pdf)> Acesso em: 08 de junho de 2018.

SALES, A. P; REZENDE, L. T; SETTE, R. S. Negócio Feira livre: Um estudo em um Município de Minas Gerais. In: ENCONTRO DE PESSOAS E RELAÇÃO DO TRABALHO, 3, 2011, João Pessoa, **Anais...** João Pessoa: EnGPR, Nov./2011.

SANTOS, J. E; SILVA, A. F; SOARES, M. M; BANDEIRA, S. E. A. C. Feira Livre como Lugar Privilegiado para a (Re)produção e (Re)invenção de Práticas Espaciais e Socioculturais Populares: a Feira Livre de Ceará-Mirim (RN). **Sociedade e Território**, Natal, v. 26, nº 1, p. 58 - 75, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/viewFile/3523/4003>> Acesso em: 14 de junho de 2018.

SANTOS, J. E. Feiras Livres: (Re) Apropriação do território na/da cidade, neste período Técnico-Científico Informacional. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.2, mai./ago., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/10771>> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

SANTOS, V. C. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/index.php?texto=gt9>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

SILVA, F. L; ALVES, M. E. A formalização do Microempreendedor Individual (MEI) no município de Nova Olímpia/MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, ano 1, n.1, jan./jun. 2012.

SILVA, F. C; LOPES, I. A; ALVES, J. A; SANTOS, R. A; PAULA, T. O. O Trabalho Informal na Feira do João Paulo (São Luís – MA) como expressão da questão Social. In: VIII JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2017. Dom Delgado – MA. **Anais...** Dom Delegado – MA: JIPP, Ago./2017.

SILVA, J. B; GONÇALVES, T. E. Urbanização e produção da cidade: Shopping centers na dinâmica de novas centralidades em Fortaleza-CE. **Geosul**, Florianópolis, v.27, n.53, p. 63-88, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2012v27n53p63/24471>> Acesso em: 28 de maio de 2018.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, A. W. P. A Revolução Industrial e a divisão social do trabalho. In: II ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESPAR. v.2, 2016. Paranavaí-PR. **Anais...** Paranavaí – PR: EAIC, Out./2016.

TEIXEIRA, D. L. P; SOUZA, M. C. A. F. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Revista de Administração de Empresas** , vol. 25, n. 4, p. 65-72, 1985.

Disponívelem:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475901985000400007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 03 de maio de 2018.

TOYOTA. **Sistema Toyota De Produção.** Disponível em:

<<https://www.toyota.com.br/mundo-toyota/toyota-production-system/>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA- FEIRANTES

1. Por quanto tempo o(a) senhor(a) trabalhou na antiga Feira Livre?
2. Como era trabalhar na antiga Feira Livre, quais eram as principais vantagens e desvantagens?
3. O(A) senhor(a) trabalhava apenas na feira livre, ou tinha outro trabalho
4. Qual sua opinião em relação ao fim da Feira Livre e à mudança de localização do Mercado Público? O(A) senhor (a) concorda com as decisões tomadas pela prefeitura? Por quê?
5. Para o(a) senhor(a),quais impactos essa mudança gerou para os feirantes? E para a população?
6. Quais foram as principais dificuldades que o(a) senhor(a) enfrentou quando começou a trabalhar no novo Mercado Público?
7. O(A) senhor(a) sente “saudades” do trabalho no antigo Mercado Público? Por quê?
8. Quais mudanças o(a) senhor(a) percebeu quanto a forma de trabalhar no novo mercado público?
9. O que o(a) senhor(a) acha da localização do novo Mercado Público?
10. O(A) senhor(a) se considera “acostumado” com a rotina de trabalho no novo Mercado Público? Por quê?
11. O(A) senhor(a) gosta de trabalhar no novo Mercado Público? Por quê?
12. De que forma a prefeitura preparou os feirantes para o trabalho no novo Mercado Público? Qual sua opinião em relação a isso?
13. Com pouco mais de um ano de funcionamento, quais são as suas expectativas em relação ao novo Mercado Público?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA- GESTORES PÚBLICOS

1. Em sua opinião, enquanto gestor público, qual o significado da Feira Livre para a população oeirense?
2. No seu ponto de vista, quais as vantagens e desvantagens da antiga Feira Livre para o comércio e para a cidade de forma geral?
3. Quais os principais envolvidos na concepção da ideia e construção do novo Mercado Público?
4. Como a gestão pública municipal justifica, portanto, a realização dessa intervenção?
5. O(A) senhor(a) reconhece consequências diretas ou indiretas para a população oeirense relacionadas à suspensão definitiva da Feira Livre que acontecia no centro da cidade?
6. Quais as principais consequências esperadas, nos âmbitos econômico, social e cultural, do funcionamento do novo Mercado Público?
7. Quais estratégias vêm sendo utilizadas para que toda a capacidade das instalações do novo Mercado Público seja aproveitada?
8. Diante de um pouco mais de um ano de funcionamento, os objetivos para os quais se propôs a construção do novo Mercado Público vem sendo alcançados?
9. A gestão pública municipal reconhece conflitos (dificuldades) relacionados ao deslocamento da Feira Livre para o novo Mercado Público? Quais pessoas estariam relacionadas a esses conflitos (dificuldades)?
10. Quais interesses políticos estão em jogo no processo de afirmação do novo Mercado Público enquanto espaço comercial de Oeiras?
11. Que medidas foram utilizadas pelo poder público a fim de preparar os feirantes para o trabalho no novo Mercado Público? Por quê?
12. E de forma geral, qual a sua percepção sobre o novo Mercado Público, e quais são as expectativas futuras para o mesmo?

APÊNDICE C – PERMANÊNCIA DOS COSTUMES DOS FEIRANTES NO NOVO MERCADO PÚBLICO.



Fonte: Dados da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- Tese
 Dissertação
 Monografia
 Artigo

Eu, Camila Vieira Martins da Silva e Dosiela Rodrigues de Moura, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação De frente a microempresas individuais: a ressignificação do trabalho no contexto da economia informal. de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 16 de julho de 2018.

Camila Vieira Martins da Silva
Assinatura

Dosiela Rodrigues de Moura
Assinatura